

RELATÓRIO SEMANAL

ABRACEEL

Semana I | 01 a 05 de julho de 2019.

ABRACEEL E EPE DISCUTEM A MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

No dia **02.07**, a Abraceel, representada por Reginaldo Medeiros, Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú, se reuniu com o presidente da EPE, Thiago Barral, e os diretores, Erik Rego e Giovani Machado, para discutir a modernização do setor elétrico e o andamento dos trabalhos do GT Modernização, instituído pela Portaria MME 187/2017.

O presidente da EPE informou que as discussões do grupo de trabalho partem dos estudos desenvolvidos no âmbito da CP 33 e buscam avaliar possíveis aprimoramentos nas propostas e a possibilidade de adoção das medidas por via infralegal. No entender de Barral, a abertura do mercado requer o equacionamento prévio de uma série de aspectos, dentre eles, os critérios de garantia de suprimento, a separação lastro e energia e a melhoria na formação de preços.

Em razão disso, a EPE está focada, neste primeiro momento, na discussão dos critérios de garantia de suprimento, elemento que na sua visão é fundamental para direcionar a expansão e garantir a adequabilidade da oferta. Barral antecipou que a EPE realizará no dia **17.07**, às 9h, na sua sede no Rio de Janeiro, workshop sobre o tema para discussão com os agentes.

Em seguida, a EPE deverá realizar workshop sobre a separação lastro e energia. Nesse tema, a EPE trabalha com duas propostas principais, uma com base na legislação atual, que poderia ser implementada mais rapidamente,

e outra mais abrangente, que dependeria de alteração legal. Segundo o presidente da EPE, as propostas serão enviadas com antecedência para que os agentes possam comparecer ao workshop preparados para a discussão.

Informado sobre a proposta de leilão de capacidade que está sendo desenvolvida pela Abraceel em conjunto com a consultoria Thymos, o presidente da EPE afirmou que aguarda contribuições dos agentes e que poderá abrir espaço para a Abraceel apresentar sua proposta no workshop, previsto para acontecer em agosto. Barral também chamou atenção para o workshop sobre melhorias na formação de preços que será realizado pela CCEE no dia **25.07**, em São Paulo, e reafirmou que a EPE está confiante e tem trabalhado com empenho para garantir que o preço horário entre em janeiro de 2020.

Barral reconheceu que o mercado livre tem oferecido importante contribuição para a expansão do setor, mas afirmou que acredita ainda serem necessários aperfeiçoamentos para que a contratação nesse ambiente seja capaz de oferecer uma matriz ótima ao país. Nesse sentido, voltou a apontar a discussão dos critérios de suprimento, a separação lastro e energia e outros aprimoramentos como críticos para a ampliação do mercado livre. Ao final, a Abraceel se colocou à disposição para contribuir com as discussões salientando a urgência nos trabalhos do GT Modernização, visto que a abertura do mercado é fundamental para aumentar a competição no setor e viabilizar a redução no preço da energia no país.

Nessa semana, o Ministério de Minas e Energia enviou ofício à Abraceel em resposta ao pleito de participação da Associação no GT Modernização. No documento, o Ministério informa que os trabalhos foram divididos em 14 grupos temáticos:

1. Formação de Preços (CCEE)
2. Critério de Suprimentos (EPE)
3. Sustentabilidade da Distribuição (MME)
4. Sustentabilidade da Transmissão (NOS)
5. Processo de Contratação (CCEE)
6. Desburocratização e Melhoria de Processos (MME)
7. Inserção de Novas Tecnologias (EPE)
8. Lastro e Energia (EPE)
9. MRE (CCEE)
10. Abertura do Mercado (MME)
11. Alocação de Custos e Riscos (MME)
12. Racionalização de Encargos e Subsídios (MME)
13. Governança (MME)
14. Sistemática de Leilões (MME)

O MME informa que “os coordenadores dos citados grupos temáticos poderão, a fim de colher contribuições e proceder alinhamentos quanto ao escopo e o prosseguimento dos trabalhos, convidar para encontros os representantes da sociedade civil, associações e academia”. Assim, o Ministério recomenda que a Abraceel aguarde convite das instituições coordenadoras dos mencionados grupos.

ABRACEEL E CCEE DISCUTEM SEGURANÇA DO MERCADO

A Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu, em **01.07**, com o conselho da CCEE para discutir a proposta da Câmara para segurança do mercado, além de outros temas de interesse, como os limites do PLD e a implementação do preço horário. Participaram da reunião todos os conselheiros da CCEE, além de diversos gerentes ligados aos temas. A Abraceel foi representada pelos diretores Frederico Rodrigues e Alexandre Lopes.

Aporte de Garantias

A Abraceel apontou a preocupação dos agentes com a proposta, destacando que não estão claros para as empresas os benefícios do aporte semanal em termos de redução de riscos, seja no mercado de curto prazo ou mercado bilateral, em contrapartida ao aumento de custos que a proposta gera no mercado, principalmente em relação à impossibilidade de registro para semanas anteriores, o impacto sobre contratos já assinados e o insuficiente prazo de implementação para adaptação das empresas.

Na sequência, a Diretoria Executiva debateu com a CCEE as principais alternativas à proposta que foram identificadas na reunião do Grupo Técnico realizada em **26.06**, destacadas a seguir:

1. Aporte Financeiro: chamada semanal de garantias, com possibilidade de aporte de recursos para permitir o registro de contratos de semanas do mês

já apuradas, sem limitação, e manutenção da contabilização e liquidação mensal.

A CCEE não manifestou intenção em apoiar a manutenção da contabilização em base mensal, mas demonstrou concordância com o restante da proposta, uma vez que ela prevê o aporte de garantias para registrar contratos para as semanas já apuradas no aporte semanal. O tema foi proposto no workshop realizado pela CCEE com os agentes e a proposta deve contar da análise de impacto regulatório da Aneel na abertura da AP sobre o tema.

2. Limite Operacional: verificação automática das garantias, com exigência de limite operacional pré-aportado e possibilidade de aporte de recursos para registro de posições acima do limite operacional. A apuração das posições também seria realizada de forma simplificada e ficaria mantida a contabilização e liquidação mensal.

Da mesma forma, a CCEE não demonstrou intenção em apoiar a manutenção da contabilização em base mensal, contudo apoia o escopo da proposta, mas destacou a dificuldade de implementação do modelo à época de sua discussão pela Aneel, tanto junto aos bancos quanto aos agentes do mercado, além da questão de como estabelecer o Limite Operacional Mínimo dos agentes.

3. Registro contra Garantias: verificação automática (ou pelo menos diária) das garantias,

com exigência de aporte de recursos para validação dos contratos registrados. A apuração das posições seria realizada de forma simplificada, assim como na proposta de apuração semanal da CCEE, e ficaria mantida a contabilização e liquidação mensal.

A CCEE demonstrou ser favorável à proposta de garantias ex-ante, e não apresentou dificuldades operacionais para a sua implementação. Não mencionou, contudo, intenção em apoiar a manutenção da contabilização em base mensal. Para todas a CCEE questionou se a Abraceel apresentaria formalmente as propostas à Aneel.

Por fim, a Abraceel discutiu com a CCEE a possibilidade de criação de um flag adicional para sinalizar o adimplemento no pagamento bilateral dos contratos de energia, com o objetivo de incentivar a antecipação do registro dos contratos pelos agentes, tal como discutido no grupo técnico. Os conselheiros demonstraram desconforto com a proposta, uma vez que traria para o ambiente multilateral da CCEE a questão do pagamento bilateral dos contratos. Além disso, haveria dificuldade de atuação da Câmara em caso de divergências entre comprador e vendedor quanto à adimplência do contrato.

Indicadores de Mercado

A Abraceel demonstrou preocupação com a proposta da Câmara de divulgação do CVaR dos agentes, reforçando a apreensão da associação quanto a eventual prejuízo para a liquidez dos agentes e a necessidade de evo-

lução na metodologia da calculadora da CCEE, principalmente em relação à: (i) curva forward (Newave x Mercado); (ii) correlação espacial (submercados) e temporal (meses subsequentes) do PLD; e (iii) informações sobre contratos futuros (registro na CCEE e hedges financeiros).

A CCEE reconheceu a questão da precificação, mas demonstrou desconforto na utilização de uma curva forward com base em informações do mercado, não respaldada pela regulamentação do setor. Em relação às correlações do PLD, a Câmara se comprometeu a avaliar a questão, mas destacou que a metodologia busca justamente avaliar o potencial de exposição máxima dos agentes. Sobre o registro dos contratos, a CCEE também destacou que cabe a cada agente manter atualizado o registro da sua base de contratos na Câmara, de modo a não prejudicar o cálculo de seu CVaR.

A Câmara destacou, ainda, que os dados sobre a rotatividade de contrapartes e negociação via plataforma são meramente informativos, cabendo a cada agente analisar a informação. A CCEE concordou com a visão da Abraceel que o mais importante para a avaliação de risco é a qualidade das contrapartes, e não a sua quantidade ou rotatividade, e questionou se a Abraceel encaminharia uma proposta nesse sentido para a Audiência Pública da Aneel.

Já em relação ao monitoramento, a CCEE concordou com a publicação dos critérios mínimos analisados para o enquadramento dos agentes, desde que o regramento não restrinja a

atuação da Câmara. Os Conselheiros voltaram a ressaltar que os agentes em monitoramento pela CCEE são informados das razões para o seu enquadramento no processo.

Novas Sanções

Em relação à aplicação de novas sanções pelo Conselho da CCEE, a Abraceel destacou que deveria haver uma regulamentação específica da Aneel sobre o tema, com a definição de critérios objetivos para aplicação das penalidades e valoração das multas. A CCEE ponderou que penalidades somente são aplicadas se existir motivação, isto é, se os critérios objetivos previamente definidos estiverem presentes.

A Abraceel também defendeu a redução do prazo de corte de consumidores inadimplentes modelados sob um comercializador varejista, em linha com o que está previsto para o corte de consumidores que são agentes da Câmara, a qual foi bem recebida pelos Conselheiros.

Autorização para comercializadores

A Abraceel apoiou a maioria das propostas da CCEE para a autorização de novas comercializadoras e destacou a necessidade de maior celeridade no processo pela Aneel e pela Câmara.

Em relação à abertura de novas empresas por controladores em monitoramento, a CCEE ratificou a visão da Abraceel no sentido de somente haver restrição para agentes com registro por contingência, que foram monitorados e sobre os quais houve aplicação de sanções pela CCEE.

Já sobre a proposta de restringir a abertura de

novas empresas por controladores de outras empresas que não operam, a Abraceel destacou que a exigência de anuência prévia e enquadramento para troca de acionistas são suficientes para conferir maior segurança.

Conforme argumentado pela associação, a decisão e o timing de abertura de novas empresas dependem da estratégia de cada corporação, sendo necessário reduzir os prazos de análise para autorização de novas empresas. Contudo, a CCEE demonstrou preocupação com a possibilidade de um controlador que possui várias empresas que não operam colocar em risco a segurança do mercado, o que foi contestado pela Abraceel, que não vê motivação para tal receio.

Em relação à nova documentação exigida para autorização e manutenção das comercializadoras (balanço patrimonial, DRE, balançetes, etc.) a CCEE destacou que a proposta encaminhada à Aneel não prevê a divulgação dessas informações ao mercado, mas sim a sua utilização restrita pela Câmara, em caráter sigiloso, para a avaliação e monitoramento das empresas.

Limites do PLD

A Abraceel apresentou à CCEE a proposta de limites do PLD que foi encaminhada à Audiência Pública 22/2019 da Aneel, na qual a associação propôs um mix entre as propostas 2 e 3 da Aneel, as quais sugerem respectivamente a redução para o PLD estrutural após o acionamento de um gatilho ao longo do ano e o ajuste diário para o PLD estrutural na média

dos PLD horários.

A CCEE destacou que propôs à Aneel a manutenção da metodologia atual para o próximo ano, de forma que se conheça os resultados do PLD horário antes de alterar a metodologia dos limites do PLD.

Preço Horário

A Abraceel destacou que para que o preço horário se inicie em 2020 devem ser asseguradas a segurança, a previsibilidade e principalmente a reprodutibilidade dos dados pelos agentes, com isonomia no acesso das informações e a utilização dos resultados do modelo de previsão de carga para a formação de preços, sem ajustes manuais.

GT AVANÇA EM DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTA DA CCEE DE SEGURANÇA DE MERCADO

Em **04.07**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião telefônica para discutir o encaminhamento da proposta da CCEE de segurança de mercado. Alexandre Lopes passou o feedback da reunião entre a Abraceel e o Conselho da CCEE realizada no dia **01.07**, com o objetivo de alinhar o posicionamento em relação às propostas alternativas apresentadas na reunião em Goiânia, no dia **26.06**.

Indicadores de mercado

Os associados demonstraram especial preocupação com a proposta de divulgação do CVAR. Destacaram que a Câmara não possui informação de todos os contratos, principalmente os financeiros que fazem hedge, o que gerará um indicador incompleto, que poderá passar informação errada para o mercado. Outras inconsistências da metodologia também foram apresentadas, tal como a utilização da saída do Newave como referência de preço, de tal forma que a Abraceel irá formalizar por escrito para a CCEE e para a Aneel as dificuldades e riscos que a proposta de divulgação do CVaR pode trazer.

Autorização para comercializadores

Em relação às propostas para a autorização de comercializadores, os associados sugeriram que houvesse a divulgação pela CCEE de alguns documentos necessários para a autorização, tais como balanço financeiro e abertura da cadeia societária, oferecendo transparência para que cada agente possa fazer uma

melhor avaliação de risco das contrapartes. Porém alertaram suas preocupações em relação à segurança da informação. Por isso, seria melhor que a informação não fosse pública, sendo divulgada apenas para os agentes da CCEE, em sua área logada. Alexandre pontuou que isso se sobrepõe em parte ao que está no planejamento da Abraceel, em relação à segurança de mercado.

Garantias semanais

Na sequência, Alexandre lembrou as 3 alternativas discutidas na reunião do GT de 26.06 em contrapartida à proposta da CCEE de chamada de margem semanal. O detalhamento das alternativas está na matéria "Abraceel e CCEE discutem segurança de mercado". Alexandre lembrou que a intenção da Abraceel é apresentar aprimoramentos à proposta da CCEE, buscando antecipar-se à abertura de Audiência Pública pela Aneel.

Alexandre pontuou que a alternativa de aporte financeiro discutida no GT de **26.06**, na qual há possibilidade de registro de contratos para semanas já apuradas mediante aporte de garantias, foi bem recepcionada pela Aneel, e já deve constar na NT da Aneel na abertura de AP. O GT reforçou que esse ponto é essencial para o mercado.

Em relação à alternativa de registro contra pagamento, na qual há exigência de aporte de recursos para validação dos contratos registrados com verificação diária das posições,

a preocupação dos associados se refletiu na operacionalização desse mecanismo e nos possíveis impactos sobre os agentes. Os associados discutiram que a verificação diária das garantias deveria ser com base em uma posição realizada do agente valorada ao PLD do dia, ao invés de uma posição e PLD projetado. Ainda sobre essa alternativa, foi questionado se o banco de custódia teria como aderir a essa nova metodologia, uma vez que os agentes já encontram dificuldades atualmente, como por exemplo, com operações que não são feitas online e dependem do envio de cartas. Além disso, alguns associados ponderaram que a alternativa poderia ser até mais rígida que o aporte de garantias semanal proposta pela CCEE.

Sobre a alternativa de limite operacional, os associados lembraram que o mercado discutiu o tema exaustivamente no passado sem atingir resultado prático. Lembraram que os bancos não desenvolveram o produto, ressaltando a dificuldade na definição da métrica do limite operacional.

O Grupo Técnico também questionou o prazo para implementação da proposta da CCEE, já que janeiro de 2020 traz muita pouca antecipação. Porém, foi enfatizado o esforço dos órgãos setoriais nesse sentido, e que a data de implementação dificilmente mudaria, e que a Abraceel deveria focar mais na etapa de transição. Também foi questionado que não há nenhuma estimativa de custos operacionais no âmbito da CCEE que poderão ser imputados aos agentes.

Por fim, ficou decidido que a Abraceel irá aguardar a NT da Aneel para se posicionar, já que há a expectativa que o documento seja divulgado na próxima semana. Então, a Diretoria irá agendar uma reunião presencial do Grupo Técnico, especificamente para tratar do assunto. **A apresentação utilizada no call está disponível na área restrita, seção documentos.**

ASSOCIADOS DISCUTEM PACOTE DE APRIMORAMENTOS NOS MODELOS

O Grupo Técnico realizou call no dia **03.07** para discutir a Consulta Pública nº 74 do MME, sobre as atividades do Grupo de Trabalho Metodologia da CPAMP. O GT é coordenado pela EPE e propõe uma série de aprimoramentos nos modelos, com expectativa de vigência a partir de janeiro de 2020.

Variabilidade Amostral

Após a entrada dos 12 Reservatórios Equivalentes de Energia (REE) em julho de 2017, verificaram-se reduções abruptas no CMO na consulta à Função de Custo Futuro (FCF), comportamento que recebeu o nome de “efeito dente”. O GT Metodologia propôs a aplicação no NEWAVE de técnica de reamostragem de cenários forward para reduzir a variabilidade amostral.

Para minimizar os efeitos da ocorrência de geração de cenários de afluência com valores atipicamente elevados, o CEPEL estudou melhorias no algoritmo de Agregação da Amostragem Seletiva. Por isso, o GT Metodologia propôs substituir o ruído mais próximo pelo centroide como representante nesse processo. O Grupo Técnico da Abraceel não viu óbices a essas propostas.

Volatilidade do CMO/PLD

A geração de cenários futuros de afluência pelos modelos computacionais, com forte componente estocástica, é dependente da variável de estado “tendência hidrológica”. Essa variável tem afetado de maneira cada

vez mais significativa a valoração presente e futura da água, que, por sua vez, se refletem no CMO/PLD.

Nesse contexto, o GT Metodologia avaliou dois possíveis aprimoramentos:

(i) suspensão da redução automática da ordem do modelo PAR(p) quando da ocorrência de coeficientes negativos que podem levar a cortes positivos considerados indesejáveis na Função de Custo Futuro, e

(ii) utilização de correlação espacial de ENAs entre REEs em base mensal, em substituição à anual.

Os resultados das simulações indicaram que nenhuma das duas alternativas apresentou potencial de mitigação da volatilidade. No entanto, o GT Metodologia considerou que a correlação espacial mensal trouxe outros benefícios, que possibilitaram redução do CMO/PLD e uma aproximação do modelo à realidade operativa. Assim, o GT-Metodologia propôs que a alternativa (ii) seja aplicada no Newave e no Decomp. Os associados concordaram com a proposta.

Representação hidrológica

O GT Metodologia estudou alterações nos padrões climáticos e seus possíveis impactos nas séries hidrológicas utilizadas nos modelos. Nesse sentido, foram avaliados impactos à operação e ao planejamento, caso o histórico de vazões atualmente empregado nas modelagens (1931-2017) fosse reduzido.

O GT-Metodologia concluiu ser prematura a decisão pela alteração do histórico oficial de vazões/ENAs e propôs que seja realizado um projeto estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sobre o tema a ser pleiteado à Aneel.

Volume Mínimo Operativo (VMOp)

Em função de condições hidrológicas desfavoráveis vivenciadas nos últimos anos, o CMSE pretende incluir mecanismos adicionais de segurança nos modelos, de forma que a chance de adotar medidas heterodoxas, como o despacho fora da ordem de mérito, seja mitigada. Por isso, o GT Metodologia propôs a adoção, em todos os meses do período de planejamento, de restrições de níveis mínimos nos reservatórios equivalentes de energia, chamados de VMOp. A violação desses níveis deve ser penalizada na função objetivo do modelo de otimização, de forma que a FCF do modelo NEWAVE possa considerar um valor da água maior, à medida que os níveis de armazenamento se aproximam dos níveis críticos. Os níveis mínimos de EAR máx propostos são Sudeste/Centro-oeste: 10%, Sul: 30%, Nordeste: 22,5% e Norte: 10,7 %.

O Grupo Técnico questionou esses percentuais, criticando a falta de premissas objetivas para suas definições o que pode trazer muita subjetividade na escolha dos percentuais, deixando o modelo menos previsível. Também não ficaram claros os critérios de revisão desses percentuais, sendo que o Grupo Técnico pediu estabilidade desses valores, o que poderia ser feito a exemplo da regra proposta pela Aneel para os limites do PLD, ou seja, que novo va-

lor somente tenha eficácia no início do ano subsequente a 12 meses da data de publicação de ato administrativo. Além disso, foram feitas críticas à metodologia do VMOp como um todo, que não parece tão consolidada na visão do GT.

Os associados argumentaram ainda que o VMOp traz uma redundância em termos de aversão ao risco e que ganhos de armazenamento podem ser obtidos através de metodologias já praticadas, como o CVAR. Além disso, um possível efeito colateral da entrada do VMOp seria aumentar ainda mais a volatilidade dos preços, o que não é desejado. Dessa forma, a entrada do VMOp, na visão do GT, requer uma necessária reparametrização do CVAR de forma a manter a estabilidade do mercado.

Por fim, o Grupo Técnico considera o VMOp como uma ferramenta importante, no sentido de tentar evitar despachos fora da ordem de mérito, porém entende como fundamental que haja um período sombra de um ano de utilização desse mecanismo, em conjunto com outros aprimoramentos como o preço horário, para que os agentes tenham a previsibilidade e antecedência necessária a essa mudança. Nesse sentido, se discutiu a oportunidade de ser revisada a Resolução CNPE 07/2016, que estipulou apenas 5 meses de antecedência para alteração de parâmetros e metodologias dos modelos, sendo necessária uma antecipação maior nas tomadas de decisão pelos órgãos setoriais.

Parametrização CVAR

O GT Metodologia comparou os valores atuais do CVaR (50,40) sem os aprimoramentos com novos pares de CVAR, indicando que esses parâmetros precisariam ser recalibrados. O GT Metodologia não sugeriu especificamente um novo valor do CVAR, apresentando apenas um resumo dos estudos com os diferentes níveis, conforme ilustrado na figura a seguir:

Tabela 5.1 – Resumo do estudo prospectivo (*backtest*).

Avaliação em relação ao caso de referência - CVaR (50,40) sem aprimoramentos	CVaR (50,30)	CVaR (50,35)	CVaR (50,40)	CVaR (50,45)
CMO/PLD	↘	→	↗	↑
Geração Térmica	↘	→	↗	↑
Custo da Geração Térmica	↓	↗	↑	↑
Armazenamento	↘	→	↗	↑
Fator de Ajuste do MRE (GSF)	↗	→	↘	↘

O Grupo Técnico considera importante que os valores propostos do CVAR fossem indicados, já que é uma decisão que afeta a análise de todas as outras variáveis. Concluiu-se que não será indicado um par específico, mas que é fundamental que o par seja equalizador, no sentido de não alterar substancialmente a tendência do PLD e a estabilidade do mercado.

O prazo de contribuições à CP 74 se encerra em **15.07**, para que a CPAMP tome uma decisão até **31.07**. O Grupo Técnico irá circular em breve minuta de contribuição aos associados.

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
GSF	PL 10.985 aprovado na Câmara. Aguardando aprovação no Senado.	Permanecer atuando junto ao Congresso e Governo Federal.
Proposta CCEE de Segurança de Mercado	Aprimoramentos discutidos com associados e Conselho da CCEE.	Discussão em reunião presencial do GT, após divulgação da NT Aneel.
Certificação de Empresas	Proposta aprovada pelo Conselho. Iniciado contato com certificadoras.	Contratação das empresas para início da certificação.
Preço Horário	Enviada contribuição à CP 71/MME e realizadas reuniões de acompanhamento com órgãos setoriais.	Continuar acompanhando evolução dos pontos essenciais. Aguardando deliberação da CPAMP até 31.07.
Limites do PLD	Enviada contribuição à AP 22.	Discussão de pontos específicos na 2ª fase da AP, que vai até 18.07.
MVE	Processamento de junho realizado eletronicamente. Aneel apresentou proposta de múltiplos bids nas Regras 2020. Abraceel pleiteou garantias de participação.	Discussão com GT da AP de Regras 2020, que deverá ser aberta em breve
Aprimoramentos modelo - GT Metodologia CPAMP	Discussão com associados das propostas da CP 74/MME, que tem prazo até 15.07.	Envio de minuta de contribuição aos associados.
Formação de Preços	Aprimoramentos em discussão no subgrupo do GT Modernização coordenado pela CCEE.	Workshop CCEE no dia 25.07, em SP.
Governança do PLD	Aneel apresentou operacionalização de declaração de CVU inferior ao de referência nas Regras 2020.	Discussão no GT dos temas a serem detalhados nos Comitês Técnicos e da AP de Regras 2020.
Lastro e Energia	Contratado estudo da Thymos sobre modelagem de leilão de capacidade.	EPE realizará workshop no dia 17.07, no RJ, sobre critérios de suprimento e em agosto sobre separação lastro e energia.
Varejista e Agregador	CCEE propõe que novos consumidores com carga igual ou inferior a 1 MW sejam representados por varejista. Também propõe a figura do agregador de medição.	Discussão das propostas com associados, MME e Aneel.
Isonomia conexão ACR/ACL	Pleito enviado ao GT Desburocratização e Melhorias do MME.	Discussão com órgãos setoriais.
Tributário	Realizada reunião em 18.06 com SEFAZ-CE sobre retroatividade na cobrança do ICMS	Aguardando resposta oficial da SEFAZ-CE.
GÁS		
Novo Mercado de Gás	CNPE publicou Resolução nº 16/2019 com as diretrizes para abertura do mercado.	Aguardando assinatura do TCC entre CADE e Petrobras.
AGENERSA - RJ	Publicada Deliberação nº 3.862/2019, com novo marco regulatório do mercado livre de gás no RJ.	Aguardando detalhamento de pontos específicos da Deliberação.
AGRESE - SE	Apresentação na sessão presencial em 01.07 e envio de contribuição.	Aguardando conclusão da CP.

>>RADAR LEGISLATIVO

PLS 232 – Portabilidade no Senado

O senador Marcos Rogério (DEM/RO), Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, apresentou requerimento para realização de audiência pública com o objetivo de discutir o PLS 232/2016 (portabilidade). Serão convidados:

1. Representante do MME - Ministério de Minas e Energia
2. Representante da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
3. Representante da FASE - Fórum de Associações do Setor Elétrico
4. Representante do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
5. Representante do INSTITUTO ACENDE BRASIL
6. Representante da APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
7. Representante da ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
8. Representante da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia
9. Representante da ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
10. Representante da ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
11. Representante da ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica
12. Representante da ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica
13. Representante da ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétrica e Centrais Geradoras Hidrelétricas
14. Representante da ABRAGET - Associação Brasileira Geradoras Termelétrica
15. Representante do TCU - Tribunal de Contas da União

Reuniões no Congresso

A Diretoria de Relações Institucionais cumpriu agenda na Câmara e Senado para falar sobre os projetos de lei da portabilidade e fomentar o debate sobre geração distribuída. Ao longo da semana, Reginaldo Medeiros, Frederico Rodrigues, Amanda Ferraz e Ângela Oliveira estiveram reunidos com os deputados Cléber Verde (PRB/MA), Nereu Crispim (PSL/RS), Franco Cartafina (PP/MG), Dr. Frederico (PATRI/MG), com os senadores Eduardo Gomes (MDB/TO), Esperidião Amin (PP/SC) e com a assessoria dos senadores Telmário Mota (PROS/RR) e Lasier Martins (PODE/RS).



Sobre venda de excedentes, o deputado Lucas Redecker (PSDB/RS) também apresentou projeto: <https://bit.ly/32dz1qe>

PL 1917 – Portabilidade na Câmara

O deputado Cléber Verde (PRB/MA) apresentou requerimento solicitando a criação de comissão especial para análise do PL 1917/2015. A decisão da criação cabe ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ).



Lei do Gás

O deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR) devolveu a relatoria do PL 6407/2013 e o novo relator é o deputado Silas Câmara (PRB/AM), que também preside a Comissão de Minas e Energia.



Novas proposições

O deputado Nereu Crispim (PSL/RS) apresentou o Projeto de Lei 3830/2019, que autoriza os consumidores comercializarem excedentes de energia elétrica por eles produzidos. **Confira a íntegra da proposta:** <https://bit.ly/2XqExXz>



Curtas

Gás no Sergipe

A Abraceel participou, em **01.07**, da audiência pública que busca revisar as regras do mercado de gás natural no Sergipe. Realizada pela Agrese (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe), a audiência pública contou com exposições de mais de uma dezena de palestrantes de diversos segmentos, incluindo a Abraceel, representada por Bernardo Sicsú. Para um auditório lotado, a Abraceel apresentou suas propostas para o mercado livre de gás no estado, com destaque para a redução do volume mínimo aplicado ao consumidor livre, simplificação do processo de autorização de comercializador e definição de tarifa de uso para o mercado livre com exclusão dos itens da margem de distribuição relativos à atividade de comercialização de gás. A expectativa é de que as novas regras sejam publicadas em breve pela Agrese. **A apresentação e a contribuição da Abraceel estão disponíveis na área restrita, seção documentos.**



Transparência nos preços do gás

No gás natural, a novidade agora é a recém aprovada resolução da ANP sobre a transparência de preços. Aprovada nessa última quinta-feira, **04.07**, a norma traz as seguintes inovações principais: (i) divulgação dos preços médios ponderados por volume em agregado para os diversos mercados, bem como outros dados relevantes, tais como volume, take-or-pay, etc. e (ii) divulgação integral dos contratos de compra e venda de gás natural para os mercados cativos. Além disso, a resolução define mercado cativo como aquele “em que os clientes em potencial possuem um limitado número de fornecedores concorrentes ou apenas um supridor”. A expectativa é de que as informações bilaterais que não tenham relação com o mercado cativo não sejam divulgadas, de forma a preservar a estratégia comercial dos agentes, tal como pleiteado pela Abraceel. O tema foi objeto da Consulta Pública nº 20/2018 e está alinhado com as discussões do Novo Mercado de Gás. A resolução entra em vigor 60 dias após a sua publicação e, tão logo esta seja publicada no diário oficial, encaminharemos aos associados.

Relatório de Imprensa Junho 2019

O Relatório de Imprensa e Conteúdo Digital da Abraceel, realizado pela nossa Assessoria de Imprensa, está disponível na Área Restrita. O documento apresenta os dados como releases produzidos, inserções na imprensa e teor das publicações.



Curtas

Omega Energia

Nova trader da Mesa de Operações da Omega Energia: Mariana Fulan, formada pela Escola Politécnica da USP em Engenharia Elétrica com ênfase em Energia e Automação; especializada em Energias Renováveis pela Université Catholique de Louvain (Louvain la Neuve, Bélgica). Iniciou sua carreira na EDP Comercializadora em 2012, e depois trabalhou na Sinapsis Inovação em Energia por 6 anos. E-mail: mariana.fulan@omegaenergia.com.br. Desejamos sucesso nessa nova jornada de sua carreira!

Energy Day 2019

Alexandre Lopes representou a Abraceel no Energy Day 2019, no dia **04.07**, evento promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro (AHK Rio), em parceria com o Ministério de Economia e Energia da Alemanha (BMWi), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e o Ministério de Minas e Energia (MME). Na sua palestra, Alexandre falou sobre propostas de novos designs de mercado e seus efeitos em novas tecnologias e em instrumentos de gestão de sistemas energéticos.



Nota Técnica CCEE - varejista

Informamos que está disponível na área restrita Carta CCEE nº 0624/219, enviada ao MME e Aneel, que trata da representação obrigatória do consumidor especial com carga inferior e igual a 1 MW.

Abraceel solicita Garantias para o MVE

Abraceel enviou carta ao Diretor-Geral da Aneel com cópia para a SRM propondo que a Agência avalie a possibilidade de exigência de garantias para participação no MVE. Em linha com os critérios de participação nos leilões de energia existente, as distribuidoras devem prover uma garantia de participação para os agentes vendedores. Dessa forma, seriam estabelecidos critérios mínimos para participação dos agentes, mas sem a criação de excessivas barreiras de entrada. **A carta na íntegra está disponível na área restrita, seção documentos.**

Workshop EPE – Critérios de Garantia de Suprimento

AEPE, no âmbito do Grupo de Trabalho de Modernização, realizará um Workshop para tratar dos Critérios de Garantia de Suprimento, com o objetivo de apresentar propostas de aperfeiçoamento dos critérios vigentes com foco na modernização do marco vigente. O evento será realizado no dia **17.07**, no auditório da EPE, no Rio de Janeiro, às 9h.



Curtas

Call com a BDO

No dia **02.07**, Alexandre Lopes realizou uma reunião telefônica com a BDO, a empresa de auditoria e consultoria que se disponibilizou a conhecer o processo de certificação da Abraceel.

Programa Piloto de Resposta da Demanda

No dia **02.07**, a diretoria da Aneel deliberou, em reunião pública ordinária, sobre o programa piloto de resposta da demanda. A pauta da reunião indicava a possível abertura de audiência pública para avaliar aprimoramentos no programa, porém, de acordo o diretor relator Efrain Cruz, houve uma baixa adesão à iniciativa por conta do momento de inadimplência no MCP. Com isso, a diretoria decidiu prorrogar o programa piloto por 6 meses, ou seja, até **27.12**, de forma a avaliar melhor os impactos do programa.

Nota Técnica Regras 2020

Aneel disponibilizou no dia **01.07** a Nota Técnica nº 82/2019 que trata da complementação das Regras de Comercialização para o ano de 2020. A Nota Técnica traz detalhes sobre a operacionalização da declaração de CVU inferior ao de referência e aprimoramentos no MVE. Sobre o MVE, será possível a oferta de múltiplos lances, porém a Aneel propõe que os montantes contratados no MVE sejam liquidados pelo preço ofertado pelos compradores (“preço discriminatório”), e não mais pelo preço de equilíbrio. Além disso, é proposto como

critério de desempate apenas o critério cronológico e a oferta de um novo produto de 6 meses, de julho a dezembro do ano posterior. O documento está juntado ao processo 48500.002860/2019 e deverá ser aberta em breve Audiência Pública sobre o tema.

>> PRÓXIMA SEMANA

08.07 - segunda-feira: Frederico Rodrigues e Ângela Oliveira participam de reunião com a assessoria do senador Fabiano Concarato (REDE/ES) para discutir mercado livre de energia;

Diretoria Institucional realiza call com a assessoria de imprensa da Abraceel para discutir o novo site da Associação;

Diretoria Institucional se reúne com o senador Fernando Bezerra (MDB/PE), às 19h, para debater o PLS 232/2016;

09.07 - terça-feira: a Diretoria da Aneel em reunião ordinária irá discutir sobre: (7) Requerimentos Administrativos interpostos com vistas à autorização de atuação como Agente Comercializador de Energia Elétrica, com acatamento das solicitações de Omega Geração S.A. e de Omega Desenvolvimento de Energia S.A. e negativa para Lumen Trading Comercio de Energia Ltda.

Reginaldo Medeiros e Ângela Oliveira participam de reunião com o senador Ângelo Coronel (PSD/BA) para discutir mercado livre de energia. Em seguida, reunião com a assessoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE);

11.07 - quinta-feira: Diretoria Institucional se reúne com Beatriz Nóbrega, do Movimento Livres, para discutir os temas do setor de energia em trâmite no Legislativo.